

# NOTAS SOBRE ÉTICA E BARBÁRIE<sup>1</sup>

Antonio Basilio N. T. de Menezes<sup>2</sup>

“O anjo da História deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros sobre escombros, arremessando-os diante dos seus pés. Ele gostaria de poder parar, de acordar os mortos e de reconstruir o destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso (...) impele-o incessantemente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce ante ele até o céu”.

(Walter Benjamin – Teses sobre História)

Diante da ameaça de esquecimento, da violência incontida do nosso tempo que apaga letras e princípios como se jamais existissem; e naturaliza o inaceitável como uma consequência aceitável; convêm aqui lembrar *L'aventure de la philosophie française depuis des années 1960* de Alain Badiou, publicado em 2012, acerca da tradição francesa do século XVIII e sua herança programática na segunda metade do século XX. Uma linhagem do seu veio compartilhada por uma diversidade de obras, conceitos e filósofos. Qual seja: “não opor o conceito à existência, acabar com essa separação. Mostrar que o conceito é vivo, que é uma criação, um processo e um acontecimento, e que a esse título não é separado da existência” (p.20).

Sem reduzir vida e conceito, trata-se de compreender a vida do conceito, o que ele nos apresenta como um conceito vivo, pensamento que se faz sobre, dentro e fora da realidade, e que por si só é real pela urgência do seu acontecimento: dado, fático, histórico, crítico. Assim, como diz Blanchot sobre o ato de escrever em *Le livre avenir*: “escrever para não morrer”, é

---

<sup>1</sup> Este texto é dedicado aos homens comuns, a todos aqueles que, através dos tempos em diferentes fronteiras lutaram e permecem até hoje defendendo a dignidade humana como afirmação ética da liberdade frente à consciência do mal.

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Filosofia, do Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFIL) e do Programa do Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação e Práticas Culturais e do Grupo de Pesquisa Ética e Filosofia Política com artigos e livros publicados nas áreas de Ética, Filosofia Política e Fundamentos da Educação.

afirmar a si e ao pensamento a sua condição de vida. Na mesma medida que escrever sobre ética torna-se então um desafio das palavras não se tornarem notas póstumas, daquilo que não se realizou na trajetória histórica e na ação dos homens frente à sociedade: a consciência do mal.

## II

Póstuma é a condição da bandeira ética arrastada para destruição, esgarçada pelas tramas da visibilidade, pela exorbitância dos fins relativos e da elasticidade dos princípios esvaziados do seu conteúdo. Eco a objeção de Wittgenstein no *Tractatus*, sobre o qual se deve calar, dado abismo da correspondência entre o conceito frente à positividade do real. Isto representa termos da condição ética da atualidade a emergência de uma lógica que se faz interna ao próprio estatuto da Ética como tal. O contexto cego das normas se cala sobre o que lhe destroem as fibras, o desbotamento dos valores em nomes vazios, transformados em *flatus vocis* ao sabor da conveniência dos interesses.

Princípio invisível dos relativismos e da relativização de valores dispostos em uma multirreferencialidade, com uma lógica semelhante à flexibilidade dos valores da mercadoria, regulados pela demanda e oferta ao público alvo, a Ética tornou-se estética na acepção mais pobre do termo. O sapato mais apropriado para a ocasião. Não há princípio regulador dos valores, apenas mercado, e a bandeira da Ética tremula nas mãos de diferentes demandas.

Empunhada e destruída na contemporaneidade a bandeira Ética, o passado genocida da humanidade se faz presente anunciando o futuro, reunindo depois da tempestade da II Grande Guerra um mundo dividido pela ideologia. O fim do século XX, marcado pela queda do Muro de Berlin, pela derrocada dos blocos políticos e pela perspectiva mal fadada do fim da História, oblitera o quadro compreensão crítica da Ética, alçada a revelia da sua condição como campo de luta, identificada como mero instrumento, objeto de salvação.

Eis a metáfora do pássaro de Minerva em Hegel ou da Filosofia como o sobrevoos da coruja quando o Sol se põe e a conjura do caráter póstumo destas notas, ou a impossibilidade de ver o crepúsculo da História em marcha, cujo movimento do puro devir implica na imprecisão entre o próximo e o distante, num horizonte multiplicado em cenários possíveis por diferentes composições. Frente à ausência de posições definidas, de parâmetros explícitos acerca daquilo que lhe cabe, a Ética como simples bandeira curva seus princípios e valores ao sabor da indeterminação do momento.

A Ética tornada sem expressão resta apenas uma pergunta: Como é possível afirmar a existência de uma bandeira ou o seu futuro, no quadro de uma sociedade em crise, numa cultura degenerescente, que encontra o seu ultimo momento no esgotamento da civilização? A luta da ética por não desaparecer, arrasta consigo a possibilidade do devir. E o sujeito histórico abandonado à própria sorte resta à experiência estética do indivíduo descrita por Agamben no *Che cos'è il contemporâneo?*: estar simultaneamente dentro e fora do seu tempo. A expressão de uma atitude crítica e intemporal assinalada por Nietzsche nas suas Considerações Intempestivas: um acerto de contas com a própria época.

### III

O que significa Ética significa ter ética? A natureza do conceito e o seu conteúdo permanece hoje como uma questão não resolvida, crescendo de um sentido obscuro vem se afirmando historicamente no quadro atual das relações. A definição de Ética como uma palavra grega que ganha notoriedade com Aristóteles, e desde sempre se constituiu em campo de disputa da tradição filosófica. Hoje ela sofre uma apropriação que, diferente daquela referente a autores e obras, lhe credita a acepção ordinária, sem o compromisso para com o fundamento do contexto original da sua formulação.

O conceito esvaziado possibilita uma confusão entre aquilo que lhe é pertinente como princípio que diz respeito à característica fundamental da condição humana; e aquilo que se apresenta como especificidade ordinária, produto do moralismo vulgar, dos valores administrados pelas circunstâncias, das etiquetas e padrões sociais que se pretendem valores. O conceito esvaziado obscurece aquilo que fundamenta a Ética como uma atitude: um *ethos* individual participe do coletivo, princípio intransponível do respeito e da dignidade da condição humana no seu triplo estatuto: biológico, do ser vivo; social, de uma natureza integrada à vida em sociedade; e político do campo de ação entre as dimensões individual e coletiva.

O significado vazio da palavra, sem o seu conteúdo expressivo e vivo, torna-se moda, um artigo encontrado em qualquer esquina, uma peça de vestuário fácil de combinar quando necessário. Paradoxalmente circunscrita a uma dimensão relativista a Ética do nosso tempo alcança o estatuto de um universal inquestionável, ao se afirmar a partir da destruição do seu próprio significado, afastando-se da condição humana particular, submetendo-a a disposição dos interesses que lhe orientam, ou como quer Sartre em *Être et Néant* assumem a forma de “má-fé” da consciência.

Os fins justificam os meios, mesmo que estes não sejam submetidos a critérios de avaliação e os meios justificam os fins, mesmo que estes não sejam questionados por si. Salvar não importa o que e nem como, a Ética experimenta na atualidade as suas contradições. Armas para manter a paz no mundo. Muros para manter o mundo seguro. Exclusão, intolerância, racismo como a imagem de um mundo globalizado. E por que não, a destruição da soberania de países e nações em nome expressões vagas como “democracia”, “terrorismo”, “armas químicas”, “pedaladas” ou “corrupção”; todas palavras descontextualizadas do seu significado original.

#### IV

O que significa ser ético? De fato a organização da vida social salienta a dicotomia entre o sujeito e a norma, numa relação entre polos antitéticos que deposita na convenção das forças sociais a forma de equilíbrio entre os termos ou o simples reconhecimento da sua impossibilidade em fazê-lo. O surto ético contemporâneo traduz em certa medida o esforço da sociedade em equilibrar as forças dicotômicas a partir da constituição de um novo tipo de alteridade na ausência de parâmetros políticos, da vida na *pólis*, definidores de um *ethos*.

A proliferação dos Comitês de Ética pelas instituições, dos Códigos de Ética profissionais, da Ética Empresarial ou Ética nos Negócios, e das organizações governamentais e não governamentais em defesa da transparência dos direitos, caracteriza o surto correlato à capacidade da ética verdadeiramente integrar a vida social do indivíduo. Dialeticamente, a face do mal se esconde nas figuras do “homem de bem” e do “bom moço” que ninguém sabe quem é.

As cenas da criança síria morta, abandonada na praia; do cadeirante humilhado por uma gangue de amarelo por usar vermelho; do jovem negro pobre acorrentado nu a um poste por milicianos brancos bem nascidos; e do gay espancado por existir, confirmam a extensão desses fatos na sequencia do cotidiano. A realidade do niilismo dos valores se faz presente nos discursos e justificativas de juízes e carrascos, do cidadão em geral que profere as sentenças a imagem e semelhança do “homem de bem”.

O mal é sempre o outro, a negação que se afirma na exterioridade absoluta, que explicita a visão míope de uma ética incapaz de afirmar-se por si e de reconhecer na trágica condição humana a expressão de uma cultura cínica. Assim, como afirmam Adorno e Horkheimer em *Indústria Cultural*: “o trágico convertido em momento calculado e aprovado do

mundo, toma-se a benção do mundo”, ainda que pese o instituto de aperfeiçoamento moral ignorar a verdade ao trata-la com um falso pesar. O outro projeta a situação do eu, transfigurada no bode-expiatório da simples vingança que lhe retira a condição de humano e o transforma em coisa, objeto do ódio e da frustração permitidos, frente alguém que não ocupa mais do que um estatuto inferior ao animal.

A cultura cínica reduz a ética ao plano do *establishment*, dos discursos edificantes voltados para sua manutenção dos interesses, proferidos pelas mais diferentes personalidades, em diversas instancias e por várias denominações, as quais obedecem todos à mesma lógica autoritária da censura a falta de ética. Sendo que esta se constitui em palavra de ordem, produto de uma ilusão retrospectiva, em torno de valores que perderam o seu potencial de verdade, ou de uma universalidade capaz de compreender a crítica nos processos singulares.

A Ética pela própria natureza da ação caracteriza-se como um desafio, um constructo do qual dependem as relações e a compreensão por parte do indivíduo e do coletivo, daquilo que por si só impõe o mínimo indispensável à vida humana e a própria civilização. A adulteração do pressuposto universal da Ética, de reconhecimento do estatuto singular do ser humano considerado naquilo que se lhe torna único frente ao todo, marca a degradação da crença civil nos valores por parte da cultura do cinismo. Aquela coloca em questão a própria condição de existência da Ética enquanto expressão potencial da verdade, capaz de permear todo corpo social e constituir-se no modo de vida dos indivíduos.

## V

Como padrão civilizatório ético pode assumir a forma da Barbárie? A pergunta se justifica na medida em que nos colocamos frente ao vilipêndio da dignidade humana, na manipulação dos valores fundamentais da vida, na flexibilidade de uma justiça sem reconhecimento de direitos inalienáveis; no desamparo e na indiferença dos cidadãos em relação as suas próprias garantias como indivíduos parte inalienável no corpo político; na própria fragilidade do corpo social como o Estado responde as demandas e os movimentos da sociedade.

A externalidade dos valores como padrão e limite da ação do indivíduo, resposta contemporânea a adulteração do princípio universal da Ética, opera um duplo movimento na sociedade. Por um lado, desvincula-o do quadro das referencias coletivas, que lhe reconhecem enquanto parte do corpo social ao lado de outros, compartes na mesma crença nos valores

mesmo que diferentes. E por outro lado, a externalidade isola a instancia decisória subjetiva como parâmetro de concepção de valores e julgamento dos seus próprios interesses. Assim, a égide dos valores proclamados esconde sob o manto coletivo, o caráter parcial de uma ética submetida à solidão mascarada dos interesses reguladores do indivíduo, ou do paradoxo do egoísmo solidário, da cumplicidade deste com a sociedade e a cultura. Eis o exemplo claro da repórter alemã que chuta o imigrante durante uma matéria sobre a política de migração na Europa e a consequente repercussão sobre o fechamento das fronteiras.

A barbárie consolidada sobre a condição de uma ética estilhada anuncia a artificialidade dos padrões civilizatórios na institucionalização de parâmetros, onde os limites do tolerável e do intolerável clarificam a lógica do claro e escuro numa falsa tolerância dos valores vazios e relativizados que traduzem apenas o uso da força como único fundamento. A violência legitimada prenuncia a destruição ética do pilar da própria civilização, através da destituição do significado humano, por uma racionalidade distorcida dos valores que não se reconhecem nos conteúdos humanos e abjura a si mesma qualquer consciência do mal.

A violência renega o potencial crítico da verdade, obliterada pelos interesses que se mostram senhores da concepção do tipo: Direitos Humanos (só) para humanos direitos. E a discriminação entre o que se considera humano e não humano prenuncia o fascismo emergente na nossa sociedade. Legítima na consciência do indivíduo, a violência institucionalizada no corpo social, na ordem do Estado, no corpo político e na cultura, assume a forma de vida ética como expressão imperceptível da barbárie no nosso cotidiano. Somos todos imunes e indiferentes a violência até sermos suas vítimas.

## VI

Por fim, Ética e Barbárie se encontram no entrecruzamento do nosso tempo diante da esfinge cínica de uma cultura que desdenha a barbárie da sociedade nos nossos dias e nos coloca o desafio de respondermos sobre o que realmente nos tornamos desde o momento em que na História o reconhecemos o estatuto da dignidade humana. Proclamado o Artigo Segundo da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 a aspiração que: “o fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem”, e que “esses Direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”, logo se anuncia letra morta frente ao estatuto da realidade da persistência da escravidão, do

racismo, da violência do neo colonialista, do darwinismo social, do imperialismo; elementos que se combinam em guerras e genocídios impunes e culminam em duas guerras mundiais.

A turbulência no início do século XX leva-nos a reflexão do esgotamento da Ética na Barbárie com a expressão do seu mais grau no fenômeno do Nazismo denunciado por Adorno e Horkheimer na Dialética do Esclarecimento, nas palavras de Otto Kircheimer, acerca da sociedade alemã no Nacional-Socialismo:

“O sistema de racionalidade técnica como fundamentação da lei e da prática legal aboliu todo sistema de preservação dos direitos individuais e fez da lei e da prática legal um instrumento de impiedosa dominação e supressão, no interesse daqueles que controlam as principais alavancas econômicas e políticas do poder social. Jamais o processo de alienação da lei e da moral chegou tão longe como nesta sociedade que supostamente completou a integração desses conceitos” (p.127).

Em 10 de dezembro de 1948, sob o efeito do impacto genocida da II Guerra, a Assembleia Geral das Nações Unidas investida no papel de guardiã dos princípios fundamentais da vida humana, proclama a Declaração Universal Dos Direitos Humanos. A nova proclamação como compromisso dos Estados-Membros de desenvolverem, em cooperação com as Nações Unidas, o “respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades”. Tal declaração afirma no seu Preambulo que: “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”; que “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade”; que “o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”; e finalmente que a “compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso”.

A promessa não cumprida das luzes do século XVIII refaz as esperanças do seu cumprimento em meados do século XX sob a crença na força do real. Algo que novamente faz do esquecimento sua memória e se inscreve na ordem do compromisso cínico da sociedade alimentado por uma cultura hipócrita que dá ao vazio o valor da unidade como valor num jogo contábil onde dois nem sempre é dois.

A externalidade dos valores reduz a Ética a norma, como produção de uma cultura dissociativa da sociedade fundada num salvacionismo, cúmplice da natureza do mal que habita a falácia do bem imaginado, a partir do distanciamento entre o significado e as ações. É o exílio

da consciência na abjuração do mal, a recusa de enfrenta-lo como ele é e se apresenta em nossa face. Um estreito individualismo ético reduzido ao contexto do ajuizamento das ações sem o peso das consequências. Numa palavra, o ponto de tangencia entre Ética e barbárie: o perigo da sua sobreposição.